



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

Aos 12 dias do mês de junho de 2019, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação da ata n.º 171, de 5 de junho;*

3. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita à Ministra da Saúde «todos os Acordos Modificativos dos Contratos-Programa celebrados para o ano de 2019, relativos aos Hospitais, Centros Hospitalares e Unidades Locais de Saúde do SNS, em condições de legibilidade, dos montantes dos subtotais e dos totais, e respetivos apêndices»;*

4. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita à Ministra da Saúde o envio da informação referida na interpelação do PSD ao Governo sobre a situação do sistema de saúde, «na qual se conterão os alegados dados sobre os recursos humanos existentes no Serviço Nacional de Saúde»;*

5. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita à Ministra da Saúde o «Relatório sobre a situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e convencionados, no âmbito do sistema de saúde»;*

6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 2050/XIII/4.ª (BE), que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a informação sobre a Diabetes tipo 1 nas escolas» e do Projeto de Resolução n.º 2190/XIII/4.ª (BE), sobre o «Alargamento da disponibilização gratuita da terapêutica com sistema de perfusão contínua de insulina a indivíduos maiores de 18 anos» (a discussão do PJR 2190 está condicionada à baixa, em tempo, à Comissão);*

7. *Ponto de situação das pendências em Comissão e Grupos de Trabalho;*

8. *Outros assuntos.*

10:30 *Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, requerida pelo PSD, «a propósito dos atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos» e sobre a «suspensão das cirurgias programadas dos Hospitais de Faro e Portimão».*

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

12:00 Audição da Ordem dos Médicos, requerida pelo PSD, «a propósito dos atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos» e sobre «a suspensão das cirurgias programadas dos Hospitais de Faro e Portimão».

1. Informações

O Presidente informou ter enviado ao PAR o pedido de esclarecimento sobre o adiamento de uma discussão e votação, sem data, conforme deliberado na reunião de 5 de junho, e também que foi já aprovado em Conselho de Ministros o Decreto de Execução Orçamental. Referiu que a Petição n.º 554/XIII/4.ª baixou à Comissão de Trabalho e Segurança Social a 23 de outubro de 2018 e foi agora, a 31 de maio de 2019, a pedido daquela Comissão, redistribuída à Comissão de Saúde. Esta Petição foi admitida e distribuída ao BE, tendo sido indicado o Deputado Moisés Ferreira como Relator.

2. Apreciação e votação da ata n.º 171, de 5 de junho

A ata n.º 171, relativa a 5 de junho de 2019, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita à Ministra da Saúde «todos os Acordos Modificativos dos Contratos-Programa celebrados para o ano de 2019, relativos aos Hospitais, Centros Hospitalares e Unidades Locais de Saúde do SNS, em condições de legibilidade, dos montantes dos subtotais e dos totais, e respetivos apêndices»

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita à Ministra da Saúde o envio da informação referida na interpelação do PSD ao Governo sobre a situação do sistema de saúde, «na qual se conterão os alegados dados sobre os recursos humanos existentes no Serviço Nacional de Saúde»

5. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita à Ministra da Saúde o «Relatório sobre a situação do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e convencionados, no âmbito do sistema de saúde»

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD que solicita que sejam pedidos à Ministra da Saúde os Acordos Modificativos dos Contratos-



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.º SL

Programa celebrados para o ano de 2019, frisando que é inaceitável que dois terços estejam por assinar.

O Deputado António Sales disse que são 12 os contratos publicados até agora e que alguns necessitam de tempo de avaliação, contudo, viabilizará o requerimento.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que se pronuncia desde já sobre os três requerimentos, considerando que toda a documentação é útil para a Comissão, pelo que os votará favoravelmente.

A Deputada Isabel Galriça Neto considerou preocupante que em junho os contratos não estejam todos publicados e que esta é uma característica da governação do PS, instando o Governo a reparar danos.

A Deputada Carla Cruz disse pensar que estes pedidos de documentos poderiam ter sido feitos ao abrigo de outra figura, mas não se opõe e irá viabilizá-los. Referiu todavia que o documento relativo à evolução dos recursos humanos já está respondido, pois foi recebida informação.

O Requerimento do PSD relativo aos Acordos Modificativos dos Contratos-Programa celebrados para o ano de 2019 foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

O Deputado Ricardo Baptista Leite informou que, não obstante o documento sobre os recursos humanos enviado pela Ministra da Saúde não distinguir os profissionais por grau de especialização, e não estar cumprida a norma do inventário, retira este requerimento do PSD.

O Deputado António Sales lembrou que houve aumento de profissionais de saúde e a Deputada Isabel Galriça Neto respondeu que há mais profissionais, até por causa da redução de horário, mas não são diferenciados e os contratos que foram celebrados não são em número suficiente.

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o terceiro requerimento do PSD, recordando as datas em que o Relatório de Acesso deveria ter sido enviado ao Parlamento, sendo que apenas está disponível o relativo a 2017.

O Deputado António Sales lembrou as datas em que este Relatório foi entregue, noutras legislaturas, designadamente na anterior, nunca dentro do prazo. Mas pensa que o Relatório trará boas notícias sobre o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que viabilizará o requerimento.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto apoiou também o requerimento, acrescentando que o acesso, no SNS, está efetivamente comprometido.

A Deputada Carla Cruz entende que o cumprimento dos prazos não é de somenos relevância e o facto de o prazo não costumar ser cumprido não justifica que continue a não o ser.

O requerimento do PSD, que solicita o envio do Relatório de Acesso aos Cuidados de Saúde de 2018 foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2050/XIII/4.ª (BE), que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a informação sobre a Diabetes tipo 1 nas escolas» e do Projeto de Resolução n.º 2190/XIII/4.ª (BE), sobre o «Alargamento da disponibilização gratuita da terapêutica com sistema de perfusão contínua de insulina a indivíduos maiores de 18 anos» (a discussão do PJR 2190 está condicionada à baixa, em tempo, à Comissão)

Não tendo ainda baixado à Comissão, neste momento, o PJR n.º 2190, será então discutido em reunião posterior.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 2050/XIII/4.ª, explicando as características da diabetes, doença crónica que pode ser de tipo 1, 2 ou gestacional, para a qual existem hoje novas tecnologias e novos tratamentos aos quais é preciso que todos tenham acesso, sendo também importante facultar informação e formação aos doentes, seus familiares e pessoas que fazem parte dos seus contextos sociais, pois há muita falta de conhecimento sobre a doença. Recomenda assim que o Governo realize iniciativas de informação e formação na comunidade escolar sobre a diabetes tipo 1, por forma a permitir a sua identificação precoce e a que se conheçam os procedimentos a ter, que a Direção Geral de Saúde articule com a Direção Geral da Educação para que a Diabetes, em particular a tipo 1, seja inserida no Plano de Educação para a Saúde, que se crie e divulgue material educativo sobre diabetes nas escolas e uma ferramenta *on line* com respostas a questões frequentes, para facultar informação sobre esta doença.

O Deputado José António Silva referiu que o controle da diabetes implica que se possa garantir o acesso a novas tecnologias e seja dada informação aos doentes, seus familiares e às escolas. É necessária a articulação com o Ministério da Educação para se atingirem estes objetivos, pois a diabetes pode surgir à nascença e é preciso



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

cuidar destes jovens. Concorda assim com este PJR e com as propostas apresentadas pelo BE.

O Deputado António Sales disse que o número de alunos com diabetes nas escolas tem vindo a aumentar e aumentam igualmente as dificuldades das escolas em lidar com este problema, havendo erros que são cometidos por desconhecimento. Os Ministérios da Educação e da Saúde têm uma estratégia a este nível e considera que as propostas deste PJR são exequíveis, não exigindo muitos recursos económicos e humanos. Pensa que a maior falha será junto do pessoal docente e não docente, o que pode ser contornado com informação e formação.

A Deputada Isabel Galriça Neto entende que cumpre aos Deputados contribuir para uma realidade que tem de ser melhorada, com mais medidas concretas. Gostaria de ver realçado o papel dos cuidados de saúde primários nesta questão, sendo que a prevenção é essencial, quer na área do ensino quer na do desporto, devendo esses locais dispor de pessoal com conhecimentos.

A Deputada Carla Cruz considera que a escola deve contribuir para a promoção e prevenção da saúde e também ajudar os portadores da diabetes, seus familiares e os profissionais que têm de lidar com eles. Realça que o papel do pessoal docente e não docente é importante e que é necessário que a saúde articule mais com a educação. O PCP acompanha assim este PJR, pois tem de ser melhorada a educação para a saúde e a plena integração destes jovens com diabetes no contexto escolar.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu os comentários e disse que considera que está implícito o papel dos cuidados de saúde primários. Pensa que o ambiente escolar tem de estar capacitado para poder reconhecer os sintomas e poder intervir.

Concluída a discussão, a respetiva informação será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

7. Ponto de situação das pendências em Comissão e Grupos de Trabalho

O Presidente recordou que foi distribuída informação sobre as pendências por Grupo Parlamentar, fazendo um apelo para que todos os processos sejam concluídos dentro da legislatura.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

Relativamente aos Grupos de Trabalho, que são 12 (*8 de processo legislativo e 4 temáticos*), deu a palavra aos respetivos coordenadores para darem conta do ponto de situação.

Deputada Carla Cruz: quanto ao Grupo de Trabalho da Lei de Bases da Saúde, que coordena, referiu que todas as semanas o GT tem reunido, às vezes mais do que uma vez, estando agendada uma nova reunião para dia 18 de junho, para concluir as votações indiciárias e começar a olhar para o texto delas resultante, o que pede que os Grupos Parlamentares comecem a fazer, porque é preciso juntar vários textos aprovados relativos à mesma matéria. Existe a expectativa de que o GT cumpra os seus objetivos. Relativamente ao Grupo de Trabalho da PMA, que também coordena, serão concluídas as audições desta segunda fase, que incide sobre o P JL n.º 1030 (gestação de substituição), e irão ser calendarizados os trabalhos futuros, na reunião de 18 de junho. No respeitante ao GT coordenado pelo Deputado João Dias, sobre a PPL n.º 49/XIII, são conhecidas as razões porque não tem tido atividade, sendo que o PS tem de dar informação sobre o que se pretende.

Deputado António Sales: quanto ao GT sobre a PPL n.º 34/XIII, que coordena, aguarda-se o parecer que foi solicitado ao Conselho Nacional de Saúde. No respeitante ao GT temático, sobre a problemática do VIH/Sida e Hepatites, logo que possível será reativado.

O Presidente recordou que falta a indicação do PSD para coordenar o GT sobre o P JL n.º 1022, Carta para a Participação Pública em Saúde.

Deputado Moisés Ferreira: explicou que o GT temático sobre a Diabetes, que coordena, não tem reunido, porque tem sido dada prioridade aos GT de processo legislativo, o que não impede que se debatam estas questões em Comissão, como hoje aconteceu. Quanto ao GT sobre a PPL 142, vão iniciar-se as audições. Tem pendente um parecer sobre o Relatório de Acesso, que irá tentar agendar brevemente.

Deputada Isabel Galriça Neto: referiu, sobre o GT temático das Doenças Oncológicas, que dado o elevado número de GTs, não foi possível fazer mais, como gostaria, mas trata-se de uma questão importante para a qual é preciso que todos sejam sensibilizados.

10:30 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, requerida pelo PSD, «a propósito dos atrasos verificados na realização de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

exames para doentes oncológicos» e sobre a «suspensão das cirurgias programadas dos Hospitais de Faro e Portimão»

O Presidente saudou a Presidente do Conselho de Administração (CA) do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), Ana Paula Gonçalves, que se fez acompanhar por outros elementos do CA, e explicou a metodologia e a grelha de tempos a utilizar.

O Deputado Cristóvão Norte apresentou o requerimento do PSD, a solicitar a audição a propósito dos atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos, que considera falhas graves, pedindo esclarecimentos sobre esta situação, para que não se venha a repetir.

O Deputado Luís Graça perguntou porque não existiu termo de responsabilidade no caso noticiado, se existiram outros casos, se não teria sido possível ao IPO efetuar o exame e se, no futuro, este tipo de exames não poderiam ser feitos no hospital.

O Deputado João Vasconcelos perguntou se a recusa do IPO foi por falta de compensação financeira e que garantias pode o CA dar de que a situação não se repetirá.

A Deputada Isabel Galriça Neto questionou sobre se as razões para o que aconteceu podem ser estrangimentos financeiros, se foi dado conhecimento à tutela e que medidas foram tomadas.

O Deputado Paulo Sá perguntou qual a dimensão real dos atrasos nos tratamentos, qual a razão para tal acontecer, se é financeira, falta de recursos humanos, equipamento ou instalações e que medidas estão a ser tomadas.

A Presidente do CA agradeceu a oportunidade para esclarecer estas questões, explicando que recorrem ao IPO para estes exames porque o Centro Hospitalar não tem capacidade de resposta, dando conta das características das unidades hospitalares que o integram. Garantiu que os exames nunca deixam de ser feitos por falta de verba e que se o doente tivesse tido indicação para ser tratado, tal teria acontecido. Deu conta de que foram instaurados dois processos, um de inquérito, ao caso do doente que faleceu e outro de auditoria interna, aos procedimentos administrativos.

O Diretor do Serviço de Anatomia Patológica, Dr. Moreira, explicou como funciona o serviço que dirige e prestou esclarecimentos sobre o caso do doente que faleceu

Complementarmente, o Diretor Clínico, Dr. Mahomed Aíde Ibraímo Americano, deu ainda outros esclarecimentos adicionais.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

Usaram da palavra, numa segunda ronda, os Deputados Cristóvão Norte, Luís Graça, João Vasconcelos, Isabel Galriça Neto e Paulo Sá, tendo as suas perguntas sido respondidas pela Presidente do CA e pelo Dr. Hugo Nunes, também do CA.

Quanto ao segundo requerimento do PSD, sobre a suspensão das cirurgias programadas em Faro e Portimão, foi apresentado pelo Deputado Cristóvão Norte.

O Deputado Luís Graça perguntou se sempre que um hospital ativar o seu plano de contingência, o PSD chamará o respetivo CA à Comissão

O Deputado João Vasconcelos perguntou se os recursos humanos em enfermagem estão abaixo do mínimo de segurança, se existem constrangimentos na compra de material e equipamento, se as cirurgias são adiadas por falta de camas e quais são os tempos de espera.

A Deputada Isabel Galriça Neto perguntou que promessas fez a tutela ao CA para resolver estas questões e solucionar estes problemas.

O Deputado Paulo Sá pediu que confirmassem se foram ou não suspensas ou canceladas cirurgias programadas e que medidas foram tomadas.

A Presidente do CA respondeu às questões, acentuando que foram realizadas todas as cirurgias urgentes e de doentes internados. As cirurgias reprogramadas eram relativas a doentes que estavam em espera.

Na segunda ronda foram ainda colocadas perguntas pelos Deputados Cristóvão Norte, Luís Graça, João Vasconcelos e Isabel Galriça Neto, respondidas pela Presidente do CA.

O Presidente agradeceu a todos os elementos da Delegação a disponibilidade e as informações facultadas, podendo a gravação vídeo/áudio ser acedida neste [link](#).

12:00 Audição da Ordem dos Médicos, requerida pelo PSD «a propósito dos atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos» e sobre «a suspensão das cirurgias programadas dos Hospitais de Faro e Portimão»

O Presidente cumprimentou o Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, que se fez acompanhar pelo Presidente da sub-região do Algarve da Ordem dos Médicos, Ulisses Brito, e explicou a metodologia e a grelha de tempos a utilizar.

O Deputado Cristóvão Norte apresentou o requerimento do PSD, a solicitar a audição sobre os atrasos verificados na realização de exames para doentes oncológicos, que considera graves, pedindo à Ordem que fizesse uma apreciação sobre esta questão.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

O Deputado Luís Graça perguntou se a Ordem considerava ter havido alguma disfuncionalidade no processo, se do ponto de vista disciplinar existe razão para atuar, e se considera que houve quebra de solidariedade institucional entre o Hospital e o IPO.

O Deputado Moisés Ferreira questionou a Ordem sobre o que fez para se inteirar do caso, se entende que foi uma questão financeira, se a Ordem está a averiguar e se vai instaurar algum processo disciplinar.

A Deputada Isabel Galriça Neto considera que nem todas as questões foram esclarecidas na audição anterior e perguntou se a Ordem conhece outros casos, para além do noticiado, e se tem conhecimento de que os atrasos resultem da falta de recursos humanos.

O Deputado Paulo Sá perguntou como é que a Ordem avalia este caso em concreto, se conhece outros e se pretende agir sobre esta matéria.

O Bastonário da Ordem dos Médicos prestou os esclarecimentos solicitados dizendo que é necessário que os políticos se preocupem com o SNS e que o caso concreto é grave e mostra que há falta de trabalho de equipa. Não considera aceitável a atitude do IPO, que devolveu o pedido de exame. Compreende o repto que lhe é feito, mas a Ordem não é responsável pelo SNS, nem tem poder de intervenção. O seu nível de intervenção é sobre o comportamento dos médicos, a ética e as boas práticas. No caso concreto o comportamento dos médicos foi o esperado, nas circunstâncias.

O Dr. Ulisses Brito falou do caso do doente que faleceu, dizendo não conhecer outros casos. O atraso teve a ver com procedimentos administrativos, os médicos fizeram os seus exames atempadamente, não tendo havido quebra deontológica ou ética. Existia um protocolo entre o IPO e uma empresa farmacêutica que pagava os exames, protocolo que terminou no final de 2018, por isso o exame foi devolvido pelo IPO e pedido o termo de responsabilidade. De qualquer forma o doente não tinha condições para fazer o tratamento.

O Deputado Cristóvão Norte apresentou o segundo requerimento do PSD, sobre a suspensão das cirurgias programadas em Faro e Portimão, pedindo comentários à Ordem dos Médicos.

Fizeram também intervenções, para comentar e colocar questões, os Deputados Luís Graça, que perguntou qual a resposta que a Ordem pode ou deve dar; Moisés Ferreira que perguntou como se poderia, a partir das boas experiências do Centro Hospitalar



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

do Algarve que foram citadas, introduzir melhorias noutros serviços; Isabel Galriça Neto, que acentuou que há falta de investimento e falta de recursos humanos e que o Governo fez a opção de não cumprir as promessas feitas; Paulo Sá, que perguntou se da reprogramação das cirurgias adiadas resultou prejuízo para os doentes, do ponto de vista clínico, e quais as circunstâncias concretas que ditaram o adiamento.

O Dr. Ulisses Brito respondeu às questões colocadas, referindo que nunca houve constrangimentos financeiros no Centro Hospitalar que impedissem que se fizessem exames ou utilizassem novas terapêuticas e que os atrasos têm que ver com a sobrecarga de trabalho. Não houve prejuízo para os doentes, que resultassem do adiamento de cirurgias, até porque se existisse, entrariam como urgências.

O Bastonário complementou as respostas, enfatizando que os profissionais de saúde fazem mais do que era suposto fazerem e que têm uma marca de qualidade, não podendo ser responsabilizados pelas listas de espera.

O Presidente agradeceu a disponibilidade e as informações prestadas, podendo a gravação vídeo/áudio desta audição ser acedida neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 14:05 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 junho 2019.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 172/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
António Topa
Jamila Madeira
Cristóvão Norte
João Vasconcelos
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Maria Antónia de Almeida Santos
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

João Marques

